

## Medicway Distribuidora de Produtos para a Saúde Ltda.

CNPJ/MF nº 30.561.107/0001-70 – NIRE 35.233.255.434

Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade Anônima realizada em 10 de abril de 2025

**1. Data, Hora e Local:** Aos 10 de abril de 2025, às 9h00 (nove horas), na sede social da **Medicway Distribuidora de Produtos para a Saúde Ltda.**, situada no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, à Avenida Caullim, nº 115 – salas 717/718/722/726/1105 Anexo – salas 1106 – Torre D – Bairro Cerâmica, CEP 09.531-195 (“Sociedade”), reuniram-se os sócios abaixo qualificados: **i. BPFM Corp.**, pessoa jurídica de direito privado domiciliada no exterior, com sede à 201 Edwin Wallace Rey Drive – Roger’s Office Building – George Hill – Anguila, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 46.748.528/0001-44, neste ato representada por seu novo procurador **Pedro Henrique de Menezes Arraes**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.436.230-4 Detran/RJ e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 105.754.127-39, residente e domiciliado na Capital do Estado do Rio de Janeiro, à Rua Humaita, nº 302 – apto 144, CEP 22261-002; **ii. Henrique José de Sousa Lopes**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 54.617.583 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 501.510.928-85, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Emburucu, nº 179 – apto 52, CEP 03644-000; **iii. Everton Ferreira Vicente**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 47.355.766-9 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 384.516.418-22, residente e domiciliado à Alameda dos Limoeiros, 26 – Lt. 15, Qd. 15, Arua do Country Club – Arua – Estado de São Paulo – CEP 07.432-245; e **iv. Patricia Neves de Oliveira**, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 26.161.782-5 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 213.331.038-08, residente e domiciliada à Rua Francisco de Torres, 231 – Casa 02 – Bairro Vila Liviero – São Paulo/SP – CEP 04185-060.

**2. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, em virtude da presença de todos os sócios nesta reunião, representando a totalidade do capital social da Sociedade, nos termos do § 2º, do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/2002 (“Código Civil”).

**3. Composição da mesa:** **Pedro Henrique de Menezes Arraes**, já qualificado acima (“Presidente”); e **Adriana Serrano Cavassani**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 20.373.070-7, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 132.516.208-60 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo (OAB/SP) nº 196.162, residente e domiciliada à Rua João Adolfo, 118, cpto. 1.403, centro, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.050-020 (“Secretária”).

**4. Ordem do dia:** Reuniram-se os sócios para discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **i.** Conforme nova procuração que consta acostada à presente ata, houve alteração da representação legal da sócia e empresa estrangeira **BPFM Corp.**, sendo seu novo procurador **Pedro Henrique de Menezes Arraes**, já devidamente qualificado, assim, para todos os jurídicos e legais efeitos, o referido procurador designado é o único para representar a sócia e empresa estrangeira **BPFM Corp.**, perante quaisquer órgãos públicos e privados, inclusive para obter, manter e alterar a inscrição no CNPJ/MF da referida sócia e empresa estrangeira, e representá-la perante a Receita Federal do Brasil, especialmente para administrar os bens indicados no inciso XVI, do Anexo I, § 2º, do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022, com poderes para receber citações judiciais, nos termos do artigo 2º da instrução Normativa DREI nº 34/2017, artigo 119 da Lei nº 6.404/1976 e do artigo 1.138 do Código Civil; **ii.** Destituição do sócio **Henrique José de Sousa Lopes**, já devidamente qualificado, da administração da Sociedade; **iii.** Transformação da Sociedade, atualmente constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 220 a 222, da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S/A”), com a respectiva alteração da denominação da Sociedade para “**Medicway Distribuidora de Produtos para a Saúde S.A.**” (“**Companhia**”); **iv.** Conversão e fixação do capital social da Companhia, com a anulação à subscrição das ações e renúncia do direito de preferência; **v.** Aprovação da alteração da Representação Social da Companhia, na forma do Anexo I desta ata; **vi.** Definição do meio de publicação dos atos societários da Companhia; **vii.** Eleição da Diretoria para exercer a administração da Companhia; **viii.** Outorga de autorização para a administração tomar todas as providências necessárias à implementação da transformação ora deliberada; **9. Deliberações:** Após a análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os sócios aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **i.** A aceitação de **Pedro Henrique de Menezes Arraes**, já devidamente qualificado, como novo procurador e representante legal da sócia e empresa estrangeira **BPFM Corp.**; **ix.** A destituição do sócio **Henrique José de Sousa Lopes**, já devidamente qualificado, da administração da Sociedade; **ii.** A transformação em sociedade anônima de capital fechado, sob a denominação de “**Medicway Distribuidora de Produtos para a Saúde S.A.**”, sendo que não há solução de continuidade nos negócios ora em curso, mantendo a nova empresa todos os direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Sociedade, ora transformada em Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222, da Lei das S/A; **iii.** A conversão das atuais 8.500.000 (oito milhões e quinhentas mil) quotas, com o valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, para 8.500.000 (oito milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas, da mesma classe e com valor nominal de emissão de R\$1,00 (um real) cada, representando e fixando o capital social em R\$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), de modo que as ações já estão integralizadas pela transformação societária, conforme os respectivos boletins de subscrição, na forma do Anexo II desta ata; neste ato, a totalidade dos sócios, doravante acionistas, consentem e anuem com as subscrições ora realizadas, renunciando expressamente aos respectivos direitos de preferência, nos termos do artigo 171, da Lei das S/A; **iv.** O projeto do Estatuto Social, conforme descrito no Anexo I da presente ata, o qual foi lido na íntegra e passará a vigorar, desde já, com a redação lá constante; **v.** A definição preferencial do meio eletrônico para a publicação da presente ata e demais publicações da Companhia, por intermédio da Central de Balancos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conforme a Portaria ME nº 12.071/2021, de modo que, acaso seja ultrapassado o requisito do limite legal da receita bruta anual, serão procedidas com as publicações em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da Companhia, nos termos do artigo 289, da Lei das S/A; **vi.** A eleição de **Pedro Henrique de Menezes Arraes**, já qualificado acima, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, permitida a reeleição, nos termos do artigo 143, da Lei das S/A, com redação atual dada pela Lei Complementar nº 182, de 2021; neste ato, o Diretor sem designação específica eleito assina o Termo de Posse, que integra na forma do Anexo III desta ata, e se será lavrado no correspondente Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da nomeação realizada e registrada pela presente ata, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 149, da Lei das S/A; ficou ainda estabelecido que a remuneração do Diretor será deliberada em Assembleia Geral oportunamente realizada na sede social da Companhia; **vii.** A autorização, à administração, para que tomem todas as providências necessárias à implementação da transformação ora aprovada, salientando a desnecessidade de ser elaborada e averbada alteração do Contrato Social perante à Junta Comercial, eis que a reunião de sócios formalizada nesta ata é o instrumento hábil e suficiente à aprovação da presente transformação para Companhia e à implementação do Estatuto Social, em obediência ao artigo 66, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, com alteração atual dada pela Instrução Normativa DREI nº 01/2024. **6. Declaração.** O Diretor eleito declara, para os devidos fins, nos termos do disposto no artigo 147, § 1º, da Lei das S/A, que não está incorso em nenhum crime que o impeça de exercer atividade mercantil, conforme declaração expressa constante no Termo de Posse que integra a presente ata na forma de Anexo III. **7. Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme por todos os presentes, foi aprovada e assinada. Nos termos do artigo 130, da Lei das S/A, foi lavrada a ata em livro próprio, sendo a presente cópia fiel para todos os legais e jurídicos efeitos. São Caetano do Sul/SP, 10 de abril de 2025. Mesa: **Pedro Henrique de Menezes Arraes** – Presidente; **Adriana Serrano Cavassani** – Secretária. Sócios: **Bpfm Corp.** r/p Pedro Henrique de Menezes Arraes; **Henrique José de Sousa Lopes**; **Everton Ferreira Vicente**; **Patricia Neves de Oliveira**. Acionistas Subscritores: **Bpfm Corp.** r/p Pedro Henrique de Menezes Arraes; **Henrique José de Sousa Lopes**; **Everton Ferreira Vicente**; **Patricia Neves de Oliveira**. Diretor sem Designação Específica: **Pedro Henrique de Menezes Arraes**. Visto do Advogado: **Adriana Serrano Cavassani** OAB/SP – 196.162. **Anexo I – Estatuto Social. Medicway Distribuidora de Produtos para a Saúde S.A.** CNPJ/MF nº 30.561.107/0001-70. **Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração.** **Artigo 1º.** A pessoa jurídica denominada **Medicway Distribuidora de Produtos para a Saúde S.A.** (“**Companhia**”) é constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado e será regida pelo presente Estatuto Social (“**Estatuto**”) e as disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações (“**Lei das S/A**”). **Parágrafo único.** Os acionistas e a Companhia poderão firmar acordo de acionistas (“**Acordo de Acionistas**”), o qual também regerá a Companhia e ficará arquivado na sua sede social. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede social e foro no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Alameda Caullim, nº 115 – salas 717, 718, 722, 726, 1.105 e 1.106 – Torre D – Bairro Cerâmica, CEP 09.531-195, podendo abrir, instalar ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou exterior, por deliberação da Assembleia Geral e respeitadas as prescrições legais. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social **(a)** importação, exportação e comércio atacadista, aluguel e manutenção de instrumentos, máquinas, equipamentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar, laboratórios, e odontológico-hospitalar, **(b)** comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano. **Parágrafo único.** A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais. **Artigo 4º.** A Companhia vigorará por prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Capital Social e Ações.** **Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), dividido em 8.500.000 (oito milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, da mesma classe e com valor nominal de emissão de R\$1,00 (um real) cada. **Parágrafo 1º.** Observadas as condições previstas neste Estatuto, Acordo de Acionistas e na legislação aplicável, cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia que reconhece apenas 1 (um) proprietário para cada uma delas, pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações da Companhia, aplicando-se, quanto aos casos em que a ação pertencer a mais de uma pessoa, as disposições do parágrafo único, do artigo 28 da Lei das S/A. **Parágrafo 3º.** A Companhia, a qualquer tempo, poderá instituir ações preferenciais, bem como classes, tanto para as ações ordinárias, como para as ações preferenciais, bem como modificar os direitos e

prerrogativas atribuídas às ações existentes. **Parágrafo 4º.** Fica autorizada a alteração do número e do valor nominal das ações, em casos de modificação do valor do capital social ou da sua expressão monetária, de desdobramento (“**split**”) ou grupamento (“**inplit**”), ou de cancelamento de ações, nos termos do art. 12, da Lei das S/A, por decisão da Assembleia Geral. **Parágrafo 5º.** A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço, forma e prazo de integralização, obedecida a legislação aplicável. **Artigo 6º.** A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros e reservas disponíveis, ações de sua própria emissão para permanência em tesouraria, sem que isso implique na diminuição do capital social subscrito, visando a sua posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo 1º.** As ações mantidas em tesouraria não serão computadas para fins de cálculo de quóruns de instalação e não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua realocação em circulação. **Parágrafo 2º.** O disposto no caput do Artigo 6º, deste Estatuto, aplica-se também para os direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ações. **Artigo 7º.** Nenhum acionista poderá empenhar, indicar à penhora ou, por outra forma, gravar, onerar ou oferecer em garantia, no todo ou em parte, suas ações ou os direitos de subscrição de suas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações, sem o consentimento prévio tomado por decisão em Assembleia Geral. **Artigo 8º.** A transferência de ações da Companhia operar-se-á mediante lavratura do termo próprio no Livro de Registro de Transferência de Ações da Companhia, sendo certo que os acionistas terão direito de preferência na subscrição e aquisição de ações representativas do capital social da Companhia, na proporção das suas respectivas participações. **Artigo 9º.** A Companhia poderá, a qualquer momento, de forma irrevogável e irretirável, exercer opção de compra (“**call option**”) de parte ou todas as ações atualmente detidas pelos acionistas, bem como aquelas que poderão vir a ser eventualmente adquiridas, conforme as disposições do Artigo 34 e Parágrafos 1º, 2º e 4º, deste Estatuto. **Parágrafo único.** O disposto no caput do Artigo 9º, deste Estatuto, aplica-se também para os direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ações, atualmente detidos pelos acionistas, bem como aqueles que poderão vir a ser eventualmente adquiridos e conferidos, nos termos das disposições do Artigo 34 e Parágrafos 3º e 4º, deste Estatuto. **Capítulo III – Deveres dos Acionistas.** **Artigo 10.** São deveres gerais dos acionistas: **(i)** Respeitar o Estatuto Social e as deliberações dos órgãos da Companhia: Os acionistas devem cumprir rigorosamente as regras estabelecidas no Estatuto e acatar as decisões tomadas pela Assembleia Geral ou pela Diretoria, quando aplicável; **(ii)** Cumprir os instrumentos parassociais e internos da Companhia: Os acionistas se comprometem a respeitar rigorosamente as regras estabelecidas em Acordo de Acionistas, se houver, bem como a respeitar eventuais normas internas que venham a ser editadas, como o regimento interno e o código de ética corporativa; **(iii)** Manter a confidencialidade sobre informações estratégicas da Companhia: É responsabilidade de cada acionista proteger informações sigilosas, evitando divulgá-las para terceiros sem autorização; **(iv)** Evitar conflitos de interesse: Nenhum acionista deve tomar decisões ou atuar em áreas que possam gerar conflito de interesse com a Companhia ou comprometer sua reputação; **(v)** Agir com boa-fé: Os acionistas devem agir com lealdade e boa-fé perante os demais acionistas e o sucesso da Companhia; **(vi)** Preservar os valores e princípios da Companhia: Todos os acionistas devem agir de maneira alinhada à missão, visão e valores da Companhia, promovendo um ambiente de cooperação e respeito; **(vii)** Abster-se de atos prejudiciais à sociedade: É dever dos acionistas se absterem de práticas que possam comprometer o bom funcionamento da Companhia, sua reputação ou sua saúde financeira; **(viii)** Colaborar para a resolução de conflitos internos: Os acionistas devem buscar resolver eventuais descentimentos de forma amigável e dentro das canais apropriados previstos no Estatuto ou em regulamentos internos; **(ix)** Zelar pela estabilidade financeira da Companhia: Deve-se evitar ações que possam comprometer a liquidez ou os ativos da Companhia, como comprometimento de ações e direitos a elas relacionados em penhor ou quaisquer outras garantias e/ou restrições, conforme vedado no Estatuto; **(x)** Não concorrer ou competir com a Companhia: É dever dos acionistas não concorrer com a Companhia, pessoalmente, na prestação de serviços/acções de pessoas jurídicas ou mesmo colaborando com terceiros, afirmando e reconhecendo ser um ato ilícito tomar, participar ou cooperar com empresas ou iniciativas negativas de mesmo público e mercado, salvo expressa e prévia autorização da Assembleia Geral; **(xi)** Exercer o direito de veto no interesse da Companhia: Considera-se abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à Companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outra pessoa, uma vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a Companhia ou para outros acionistas, respondendo o acionista pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não haja prevalecido. **Artigo 11.** O desrespeito, por qualquer acionista, de um ou mais dos deveres gerais elencados anteriormente, constituirá falta grave, podendo acarretar a exclusão do acionista da Companhia, bem como a responsabilização civil por todos os danos causados a Companhia ou a qualquer um dos demais acionistas, mediante deliberação específica em Assembleia Geral. **Capítulo IV – Diretoria.** **Artigo 12.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de 1 (um) Diretor ou mais, acionistas ou não, residentes no país ou não, com mandato de até 3 (três) anos, permitidas repetições de reeleições, sendo todos designados “Diretor sem designação específica”, até alteração e organização em sentido diverso do presente Estatuto, podendo ser substituídos e/ou destituídos, a qualquer tempo e motivadamente, pela Assembleia Geral e/ou acionista controlador. **Artigo 13.** Na hipótese de ausência, incapacidade, impedimento ou motivo de força maior que impossibilite o exercício da administração e assinatura do(s) Diretor(es), caberá ao acionista controlador, o exercício da administração, podendo assinar pela Companhia, na forma estabelecida neste instrumento, até nova eleição em Assembleia Geral. **Artigo 14.** A investidura do Diretor far-se-á por termo no Livro de Registro de Atas da Diretoria, independentemente de caução. O referido livro será dispensado de arquivamento na Junta Comercial ou qualquer outro órgão público, a menos que o contrário seja exigido. **Artigo 15.** Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, o Estatuto Social e eventual Acordo de Acionistas arquivados na sede da Companhia lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, especificamente: **(i)** Representar a Companhia em juízo, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, órgãos da administração pública, tais como Ministério da Fazenda, Secretarias da Receita Federal e Estadual, Alfândegas em geral, Procuradorias em geral, Delegacias em geral, Juntas Comerciais em geral, Cartórios de Registros de Títulos, Documentos, Protestos, Juizados, Pessoas Jurídicas e Notas em geral, Bancos e instituições financeiras privadas ou públicas, federais ou estaduais, casas lotéricas e, ainda, autarquias e sociedades de economia mista em geral, agências reguladoras, organizações e empresas privadas ou públicas em geral; **(ii)** Administrar, orientar e dirigir os negócios sociais, inclusive promovendo o compromisso, cessão, compra, venda, troca ou alienação de bens móveis ou imóveis da Companhia, determinando os respectivos preços, prazos, termos e condições; **(iii)** Adquirir ou alienar participações societárias em outras sociedades, bem como associar a Companhia, em qualquer circunstância com outras sociedades, inclusive mediante a constituição de consórcios ou grupos de sociedades; **(iv)** Representar a Companhia em juízo ou fora dele e, em todos os atos societários que envolvam a responsabilidade ou não, inclusive movimentação financeira perante instituições bancárias privadas ou públicas, bem como sua representação ativa e passiva; **(v)** Promover todos os atos de gerência necessários à administração da Companhia, podendo celebrar quaisquer contratos, de interesse da Companhia, estipulando os direitos e obrigações e assinando os respectivos instrumentos; e **(vi)** Nomear procuradores para atos específicos da Companhia. **Parágrafo único.** Para outorga de mandatos procuratórios, o respectivo instrumento deverá especificar claramente os poderes outorgados e o prazo de validade, com exceção daqueles com fins judiciais (“*ad judicium*”), que poderão vigorar por prazo indeterminado. **Artigo 16.** E expressamente vedado ao(s) acionista(s), administrador(es), diretor(es), procurador(es) ou funcionário(s), conforme exemplificado abaixo, mas não se limitando a: **(i)** Praticar ato de liberalidade à custa da Companhia; **(ii)** Sem prévia autorização da Assembleia Geral, tomar por empréstimo recursos ou bens da Companhia, ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse, ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito; **(iii)** Receber de terceiros sem autorização estatutária ou da Assembleia Geral qualquer modalidade de vantagem pessoal, direta ou indireta, em razão do exercício de seu cargo; **(iv)** Usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a Companhia, as oportunidades comerciais de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo; **(v)** Omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da Companhia; **(vi)** Adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à Companhia, ou que esta tencione adquirir. **Parágrafo 1º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de quaisquer dos acionistas, administradores, diretor(es), procurador(es) ou colaborador(es) que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como, mas não se limitando, avais, fianças, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pelos acionistas, em Assembleia Geral, observado o disposto no parágrafo único do artigo 17, do Estatuto. **Parágrafo 2º.** Os(s) acionista(s), administrador(es), diretor(es), procurador(es) ou funcionário(s) que infringir(em) esta(s) disposição(ões) ficar(ão) individualmente responsável(is) pelo compromisso contraído, constituindo falta grave. **Parágrafo 3º.** Os(s) acionista(s), administrador(es), diretor(es), procurador(es) ou funcionário(s) deverá(ão) manter sigilo empresarial sobre os negócios da Companhia, devendo preservar informações estratégicas, bem como informações sobre negócios, empregados, acionistas e colaboradores, sob pena de responder(em) pessoalmente pelos danos decorrentes da quebra deste dever de reserva. **Parágrafo 4º.** No exercício do seu cargo, o(s) diretor(es) deverá(ão) respeitar a Constituição da República e todas as leis e regulamentos públicos que incidam sobre a atividade empresarial, velando para que todos os gerentes, empregados, contratados e subcontratados o façam no âmbito da Companhia. A atuação lícita, proba e ética é desejável para a condução das atividades e negócios da Companhia. **Parágrafo 5º.** Todos os atos do(s) diretor(es) que forem em conflito de interesses com a Companhia e a empresa constitui ato ilícito e falta grave, sendo também pessoalmente responsável pelos atos praticados por gerentes e mandatários, quando decorram de instruções equivocadas, inquestionavelmente lesivas à Companhia. **Capítulo V – Assembleias Gerais.** **Artigo 17.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia, e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Parágrafo único.** Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** Aprovar qualquer matéria prevista no artigo 136, da Lei das S/A; **(ii)** Alterar o Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Eleger e destituir membro(s) da Diretoria da Companhia, bem como fixar as atribuições e competências de cada Diretor da Companhia; **(iv)** Aprovar a realização de qualquer operação de reorganização societária envolvendo, direta ou indiretamente, a Companhia, incluindo, mas não se limitando, a fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão, drop down de ativos, transformação de tipo societário ou cessão de estabelecimento comercial; **(v)** Aprovar o aumento e/ou redução do capital social e emissão/cancelamento de ações

da Companhia, bem como a criação e/ou a emissão de ações preferenciais da Companhia, além de criação e/ou alteração da classe das ações da Companhia, ou ainda modificar os direitos e prerrogativas atribuídas às ações existentes; **(vi)** Alteração do número e do valor nominal das ações, em casos de modificação do valor do capital social ou da sua expressão monetária, de desdobramento (“**split**”) ou grupamento (“**inplit**”); **(vii)** Aprovar as contas da Diretoria da Companhia, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia; **(viii)** Suspender o exercício dos direitos dos Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 120, da Lei das S/A; **(ix)** Aprovar pedido de recuperação (judicial/extrajudicial), declaração de autofalência, dissolução e liquidação da Companhia, bem como a indicação da forma de liquidação e dos liquidantes; **(x)** Aprovar a política de distribuição de dividendos e/ou retenção de lucros da Companhia; **(xi)** Constituir ônus ou gravame em favor de terceiros; **(xii)** Aprovar a alteração nas práticas de contabilidade, no regime de tributação, na política fiscal e trabalhista da Companhia, bem como nas práticas de contabilização e apuração das demonstrações financeiras da Companhia, exceto se exigido pelos princípios brasileiros de contabilidade; **(xiii)** Celebrar qualquer negócio que envolva a assunção de obrigações de não concorrência ou de exclusividade pela Companhia; e **(xiv)** Selecionar e destituir auditores independentes pela Companhia. **Artigo 18.** As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, bem como nos casos previstos em lei, neste Estatuto e em Acordo de Acionistas, se houver. **Parágrafo 1º.** A convocação da Assembleia Geral poderá se dar por edital, Aviso de Recebimento ou ainda, por meios eletrônicos, tais como endereços eletrônicos (e-mails) e/ou aplicativos de mensagens instantâneas, incluindo “**WhatsApp**”, desde que seja enviada aos acionistas com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data prevista para a sua realização. **Parágrafo 2º.** A convocação será considerada válida desde que enviada ao endereço eletrônico (e-mail) ou número de telefone informado previamente pelos acionistas a Companhia. O recibo de leitura ou resposta positiva ao envio será considerado como comprovação da convocação. **Parágrafo 3º.** A Assembleia Geral será realizada após, no mínimo, 8 (oito) dias, contados da data da publicação do primeiro edital de convocação ou do Aviso de Recebimento, ou ainda, do recibo de leitura ou resposta positiva pelos meios eletrônicos. Em segunda convocação, a Assembleia Geral deverá ser realizada após, no mínimo, 5 (cinco) dias, contados da publicação de novo edital ou do Aviso de Recebimento, ou ainda, do recibo de leitura ou resposta positiva pelos meios eletrônicos. **Parágrafo 4º.** Nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei das S/A, ficam dispensadas as formalidades de convocação quando todos os acionistas comparecerem à Assembleia Geral ou se declararem, por escrito ou pelos meios eletrônicos mencionados no Parágrafo 1º, deste Artigo 18, cientes do local, data, hora e da ordem do dia. **Parágrafo 5º.** As Assembleias Gerais somente serão consideradas validamente instaladas, em primeira ou segunda convocação, com a presença de todos os acionistas que detenham ações que representem, no mínimo, a maioria do capital social votante da Companhia. **Parágrafo 6º.** As Assembleias Gerais serão presididas preferencialmente por algum Diretor da Companhia, o qual nomeará um secretário entre os presentes, acionista ou não da Companhia. Na ausência de algum Diretor, a mesa será eleita pela maioria do capital social presente. **Parágrafo 7º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, desde que ostente a qualidade de acionista ou advogado. **Parágrafo 8º.** Salvo pelas matérias de quórum qualificado previstas neste Estatuto e na Lei das S/A, todas as deliberações serão tomadas pelo quórum de maioria do capital social votante, sendo certo e acordado que, mesmo em segunda convocação, nenhuma matéria será aprovada com votos afirmativos representando 50% (cinquenta por cento) ou menos do capital social total votante da Companhia. **Parágrafo 9º.** O Presidente da Mesa não registrará qualquer voto proferido com infração a qualquer Acordo de Acionistas ou de voto devidamente arquivado por escrito ou de forma eletrônica na sede da Companhia. **Artigo 19.** As Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma virtual, sem a presença física dos convocados, utilizando plataformas de videoconferência previamente definidas pela administração da Companhia, desde que garantida a identificação dos acionistas e a integridade das deliberações. Os elementos que instruem a pauta estarão disponíveis para consulta presencial ou poderão, a critério do interessado, ser consultados pelos meios eletrônicos. **Parágrafo 1º.** Opcionalmente, as Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma semipresencial, com parte dos participantes presentes fisicamente no local designado e parte participando remotamente, cabendo à administração da Companhia assegurar meios confiáveis para que todos tenham acesso ao evento por ambas as maneiras. **Parágrafo 2º.** Será lícito ao acionista, que assim entender, antecipar seu voto pelos meios eletrônicos mencionados no Parágrafo 1º, do Artigo 18, hipótese em que se considerará o acionista presente à Assembleia Geral, bem como o cômputo formal do voto na sede da Companhia. **Parágrafo 3º.** A gravação da Assembleia Geral virtual ou semipresencial poderá ser arquivada, em conjunto com a ata escrita, junto ao Livro de Atas das Assembleias Gerais. **Artigo 20.** Os acionistas presentes, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro. **Artigo 28.** Por proposta da Diretoria, uma parcela dos lucros da Companhia, formada por até 100% (cem por cento) dos lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias, poderá ser destinada à formação de “Reserva de Expansão”, nos termos do artigo 194, da Lei das S/A, por deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** A referida reserva tem por finalidade garantir a continuidade e o crescimento da Companhia, destinada ao financiamento de projetos de investimento, à ampliação da capacidade operacional e ao fortalecimento da sua estrutura financeira. **Parágrafo 2º.** Os recursos alocados na Reserva de Expansão somente poderão ser utilizados para: **(i)** Realização de projetos de expansão, modernização ou inovação; **(ii)** Aquisição de ativos estratégicos; **(iii)** Reforço do capital de giro, caso necessário; **(iv)** Outras finalidades aprovadas pela Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** Caso o montante acumulado na Reserva de Expansão ultrapasse o valor do capital social da Companhia, ou a reserva não seja utilizada para os fins definidos, os recursos excedentes deverão ser revertidos para distribuição de dividendos aos acionistas. **Artigo 29.** Os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos contados da data em que tenham sido colocados à disposição do acionista reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VIII – Cessão de Ações, Direito de Preferência e Opção de Compra.** **Artigo 30.** Nenhum dos acionistas poderá, a qualquer título, alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações, no todo ou em parte, exceto conforme previsto neste Capítulo VII, deste Estatuto. **Artigo 31.** Caso qualquer dos acionistas (“**Acionista Ofertante**”) receba proposta de terceiro para alienar ou de qualquer outra forma transferir, direta ou indiretamente, suas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações, no todo ou em parte (todos os referidos coletivamente como “**Ações Ofertadas**”), o Acionista Ofertante deverá, primeiro, oferecer tais ações aos demais acionistas (em cada caso, “**Acionista Ofertado**”), os quais terão o direito de preferência para adquiri-las nos mesmos termos e condições da oferta feita por referido terceiro (“**Potencial Comprador**”). Esta oferta deverá ser efetivada através de uma notificação por escrito ou por meios eletrônicos do Acionista Ofertante, a ser entregue ou remetido aos Acionistas Ofertados (“**Notificação de Oferta**”), com cópia para a Companhia, em que deverá constar: **(i)** o número de Ações Ofertadas, o preço a ser pago por ação, o prazo e forma de pagamento, garantias a serem prestadas; e **(ii)** demais termos e condições da venda ou da transferência proposta e o nome e identificação completos do Potencial Comprador, bem como declaração de que a oferta apresentada por parte do Potencial Comprador é firme e por escrito (“**Termos da Oferta**”). **Parágrafo 1º.** Durante os 30 (trinta) dias corridos e seguintes ao recebimento da Notificação de Oferta, os Acionistas Ofertados deverão informar por escrito ao Acionista Ofertante (“**Notificação de Resposta**”) se exercem ou não o seu direito de preferência para a aquisição da totalidade, não menos que a totalidade, das Ações Ofertadas. Uma vez exercida a preferência com relação a todas as Ações Ofertadas, essas Ações Ofertadas deverão ser adquiridas de acordo com os Termos da Oferta, em não mais do que 10 (dez) dias corridos da data do recebimento pelo Acionista Ofertante da Notificação de Resposta com o exercício do direito de preferência por parte dos Acionistas Ofertados. **Parágrafo 2º.** Se os Acionistas Ofertados não encaminharem a Notificação de Resposta ao Acionista Ofertante dentro do prazo estabelecido no Parágrafo

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/09/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/04/2025 da Medicway Distribuidora de Produtos para a Saúde Ltda. 1º do Artigo 31, deste Estatuto, ou comunicar que não exercerão seu direito de preferência ou que exercerão, em parte, esse direito, ou ainda se não as adquirir no prazo de 10 (dez) dias do Recebimento do Acionista Ofertante da Notificação de Resposta, a Companhia, por sua Diretoria, poderá exercer o direito de recomprar as Ações Ofertadas, nas mesmas condições dos Termos da Oferta, conforme autorização do Artigo 6º, deste Estatuto, dentro de um novo prazo de 30 (trinta) dias corridos após o término do prazo estipulado no Parágrafo 1º, do Artigo 31, deste Estatuto. **Parágrafo 3º.** Se a Companhia deixar de apresentar Notificação de Resposta o Acionista Ofertante dentro do prazo estabelecido no Parágrafo 1º do Artigo 31, deste Estatuto, ou comunicar que não exercerá seu direito de recomprar as Ações Ofertadas ou que exercerá, em parte, esse direito, ou ainda se não as adquirir no prazo de 30 (trinta) dias, o Acionista Ofertante estará livre para alienar todas as Ações Ofertadas ao Potencial Comprador, desde que dê cumprimento ao estabelecido no Artigo 33, deste Estatuto, durante os 60 (sessenta) dias subsequentes, nos exatos Termos da Oferta. O direito de preferência ou recompra exercido relação a apenas uma parte das Ações Ofertadas não será válido. **Parágrafo 4º.** Após o período de 60 (sessenta) dias previsto no Parágrafo 3º, do Artigo 31, deste Estatuto, ter transcorrido sem que tenha ocorrido a venda, caso o Acionista Ofertante deseje novamente alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas ações, deverá reiniciar o procedimento estabelecido no Artigo 31, deste Estatuto. **Artigo 32.** As mesmas regras estabelecidas no Artigo 31 deste Estatuto aplicam-se à cessão, direta ou indireta, por qualquer dos acionistas, de seu direito de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ações. Os prazos para o exercício do direito de preferência em relação à cessão do direito de preferência na emissão dessas novas ações e valores mobiliários são os seguintes (a) 10 (dez) dias da aprovação do aumento de capital para o recebimento, pelo Acionista Ofertado, da notificação do Acionista Ofertante, contendo os Termos da Oferta; (b) 10 (dez) dias para o exercício do direito de preferência pelo Acionista Ofertado; (c) 5 (cinco) dias para a aquisição de todos os direitos de subscrição oferecidos. O prazo para a Companhia exercer o direito de adquirir o direito de preferência na emissão dessas novas ações e valores mobiliários, conforme autorização do Parágrafo 2º, do Artigo 6º, deste Estatuto, é de 30 (quarenta) dias da aprovação do aumento do capital social. **Artigo 33.** A transferência ou cessão de ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia para um terceiro, será válida e eficaz somente se o cessionário aderir, por escrito, e sem quaisquer restrições, aos termos e condições previstas neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, se houver. **Artigo 34.** Neste ato, e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, os acionistas outorgam em favor da Companhia a opção de compra ("call option") de suas respectivas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações, podendo ser exercida pela Companhia, por sua Diretoria, em face daqueles, total ou parcialmente, a seu exclusivo critério, sem que possa existir qualquer forma de oposição, a qualquer momento, mediante comunicação expressa, podendo se dar de forma escrita ou pelos meios eletrônicos mencionados no Parágrafo 1º, do Artigo 18, deste Estatuto. **Parágrafo 1º.** Os acionistas comprometem-se e obrigam-se, desde já, a comparecer na sede social da Companhia em dia e horário a serem marcados ou em plataforma digital, a fim participar da Assembleia Geral, bem como de assinar todos e quaisquer documentos e registros necessários, tais como Livro de Registro de Ações Companhia e Livro de Transferências de Ações da Companhia, à formalização da transferência das ações à Companhia, sob pena de, em não assinando tais documentos, constituir falta grave, responder por multa diária equivalente a 1 (um) salário mínimo vigente à época de sua imposição, sem prejuízo do direito da Companhia em realizar o depósito do preço de exercício e proceder com a celebração dos documentos/registros necessários à transferência das ações. **Parágrafo 2º.** O preço a ser pago ao acionista exercido para a aquisição das referidas ações é pelo seu valor nominal da(s) participação(ões) social(is), sem acréscimo de qualquer natureza, nos termos do art. 315 do Código Civil, em parcela à vista, em moeda corrente nacional, na data em que for assinado o Termo de Transferência de Ações da alteração da titularidade das ações objeto da opção de compra exercida ("Preço de Exercício"). **Parágrafo 3º.** O preço a ser pago ao acionista exercido para a aquisição dos direitos de preferência para a

subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações é por 20% (vinte por cento) do valor nominal da(s) respectiva(s) participação(ões) social(is) correspondente a nova subscrição ou título mobiliário conversível em ações, sem acréscimo de qualquer natureza, nos termos do art. 315 do Código Civil, em parcela à vista, em moeda corrente nacional, na data em que for assinado os instrumentos da alteração da titularidade dos respectivos direitos de preferência objeto da opção de compra exercida. **Parágrafo 4º.** Não havendo interesse dos demais acionistas e da Companhia na aquisição das ações do acionista retirante, e não sendo exercido pela Companhia o direito à opção de compra ("call option"), o acionista retirante poderá vendê-las, cedê-las ou transferi-las a terceiro estranho à composição societária, podendo, inclusive, a renúncia ao direito de preferência e/ou exercício de opção de compra ser tomada em Assembleia Geral. Aplica-se a mesma disposição quanto aos direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações. **Capítulo IX – Dissolução, Liquidação, Transformação, Exclusão, Insolvência, Morte. Artigo 35.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo único.** Em caso de liquidação, a Assembleia Geral nomeará um liquidante, que procederá à liquidação da Companhia e à distribuição do patrimônio remanescente, conforme as disposições legais. **Artigo 36.** A Companhia poderá transformar o seu tipo societário mediante deliberação em Assembleia Geral. **Artigo 37.** Havendo risco à continuidade da Companhia por falta grave no cumprimento das obrigações por parte de um ou mais acionistas, os demais, desde que representativos de mais da metade do capital social, poderão excluí-los da Companhia mediante deliberação em Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** Consideram-se como atos de inegável gravidade, a permitir a exclusão de acionistas, por justa causa, nos termos do caput deste Artigo 37, principalmente, mas não exclusivamente, os seguintes atos: (i) Quebrar a confiança, deliberada em Assembleia Geral por acionistas que representem a maioria do capital social, entendendo-se como quebra de confiança qualquer ato ou fato que afete a relação entre os acionistas da Companhia, como desídia, ofensa, ameaça, chantagem, enfim, todo e qualquer ato capaz de colocar em risco a relação de confiança que deve nortear o relacionamento entre todos os acionistas, mas sobretudo colocando a Companhia em inegável risco perante o mercado de atuação; (ii) Concorrer, aliciar, solicitar, sugerir, depreciar, direta ou indiretamente, tanto como proprietário, sócio, acionista, associado, investidor, parceiro, licenciado, fornecedor, financiador, operador, consultor, colaborador ou, de qualquer outra forma, com os negócios desenvolvidos pela Companhia, e/ou com sociedades controladas, e/ou com sociedades nas quais a Companhia tenha participação societária; (iii) Revelar, a terceiros, informações empresariais sigilosas e confidenciais da Companhia e/ou de suas controladas e/ou de sociedades nas quais a Companhia tenha participação societária; (iv) Haver sido condenado por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato, "lavagem" de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a economia popular, a ordem econômica, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade pública, o sistema financeiro nacional ou a pena criminal que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão transitada em julgado, ressalvada a hipótese de reabilitação; (v) Desviar recursos da Companhia e/ou usar de forma indevida ou não autorizada ativos ou do nome da Companhia; (vi) Recusar a assinatura de documentos societários; (vii) Praticar atos societários que contrariem expressa norma disposta em lei ou neste contrato social; (viii) Violar disposições da Lei nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD") e da Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"); (ix) Cometer falta grave no cumprimento das obrigações, incluindo, mas não se limitando, na prática de atos contrários aos deveres sociais descritos no Capítulo III, deste Estatuto, e de atos qualificados pela doutrina e jurisprudência como caracterizadores de falta grave, tais como, exemplificativamente, a decretação de insolvência do acionista, ato ou fato desabonador de conduta, principalmente em se tratando de ato ou fato que prejudique a Companhia no mercado de atuação, como processos judiciais por inadimplência, processo administrativo e/ou judicial pelo inadimplemento de obrigação fiscal e/ou trabalhista, e todos os demais correlatos, bem como a superveniência de incapacidade moral, a inimizade ou incompatibilidade com os demais sócios. **Parágrafo 2º.** A exclusão será determinada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cliente o acionista a ser excluído em tempo hábil a permitir seu comparecimento físico ou virtual e o exercício do direito de defesa. Sua ausência injustificada será lançada em ata, lavrada na presença de 2 (duas) testemunhas. **Parágrafo 3º.** Aprovada a exclusão extrajudicial de acionista, proceder-se-á à respectiva lavratura do termo próprio

no Livro de Registro de Transferência de Ações da Companhia e demais instrumentos competentes. **Artigo 38.** A Companhia não se dissolverá com a retirada ou exclusão de qualquer dos acionistas, caso em que os haveres do acionista que se retira ou é excluído serão reembolsados pelo seu exato valor nominal da(s) participação(ões) social(is) do acionista retirante ou excluído da Companhia, sem acréscimo de qualquer natureza, nos termos do art. 315 do Código Civil. **Parágrafo único.** Os haveres do acionista que se retira ou é excluído serão pagos em 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira a 30 (trinta) dias da data da Assembleia Geral que formalizou a retirada ou exclusão, ou da lavratura do Termo de Registro/Transferência de Ações, o que for por último. **Artigo 39.** Em razão do princípio da função social da empresa e do princípio da preservação da empresa, o credor particular de qualquer acionista, ao executá-lo, deverá preferir outros bens, na forma do artigo 1.026 do Código Civil. **Parágrafo único.** Na hipótese de insolvência/edência e/ou penhora de ações ou lucros correspondentes, obrigatoriamente, o acionista será de pleno direito excluído da Companhia, na forma do Artigo 37, deste Estatuto, de modo que o credor não se tornará acionista, nem terá direito a sê-lo, e os haveres do acionista insolvente/falido/devedor serão pagos nos termos estabelecidos no Artigo 38, e no respectivo Parágrafo único, não podendo o credor exigir de forma diferente. **Artigo 40.** A Companhia também não se dissolverá na hipótese de morte, incapacidade ou ausência de qualquer dos acionistas, cabendo, neste caso, aos acionistas remanescentes, por maioria, deliberar em Assembleia Geral pelo prosseguimento da Companhia com os herdeiros ou sucessores do acionista falecido, incapacitado, ausente ou pelo pagamento dos respectivos haveres, nos termos estabelecidos no Artigo 38, e no respectivo Parágrafo único. **Artigo 41.** A Companhia também não se dissolverá na hipótese de extinção de casamento ou da união estável de acionista, ou ainda na morte de cônjuge ou de companheiro/convivente de acionista, de modo que as ações de tal acionista que, na partilha, forem atribuídas ao ex-cônjuge ou ex-companheiro, ou aos herdeiros, serão liquidadas e o pagamento dos respectivos haveres será realizado nos termos estabelecidos no Artigo 38, e no respectivo Parágrafo único. **Artigo 42.** O capital social sofrerá redução correspondente aos valores necessários ao pagamento dos haveres das ações liquidadas nos termos deste Capítulo, salvo se os demais acionistas suprirem o valor das ações ou se o pagamento se fizer pela Companhia com o uso de reservas contábeis, nos termos do Artigo 6º, deste Estatuto. **Parágrafo único.** A Companhia deverá atualizar o Livro de Registro/Transferência de Ações com os dados dos novos titulares das ações, conforme previsto na Lei das S/A, para assegurar a regularização da titularidade. **Capítulo X – Solução de Conflitos. Artigo 43.** Fica eleito o foro da Comarca de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas, conflitos, divergências e controvérsias relacionados, direta ou indiretamente, à Companhia, seus diretores e acionistas, ou nas relações entre estes e à Companhia, e ao presente Estatuto. **Capítulo XI – Disposições Gerais. Artigo 44.** Os casos omissos e duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes. **Artigo 45.** A nulidade de qualquer disposição anotada neste Estatuto, na totalidade ou parte de artigo, não implica nulidade do restante do ato constitutivo, não lhe retirando validade ou eficácia. **Artigo 46.** A Companhia e seus acionistas observação os termos e condições de eventuais Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de registrar transferências e oerações de ações e/ou direitos de subscrição e/ou de outros valores mobiliários contrários às suas disposições e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos lançados em infração a tais acordos, nos termos do artigo 118, da Lei das S/A. **Artigo 47.** A Companhia e seus acionistas declaram expressamente estarem cientes e de acordo com a possibilidade de registro e averbação de atos empresariais para arquivamento na JUCESP, mediante assinaturas eletrônicas, ou utilização das plataformas eletrônicas de assinatura digital, tais como DocuSign, ClickSign, ZapSign e demais, devidamente autorizadas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, sendo considerados documentos particulares para todos os fins legais, nos termos da MP nº 2200-2/2001 e da MP nº 983/2020. São Caetano do Sul/SP, 10 de abril de 2025. **Mesa: Pedro Henrique de Menezes Arraes** – Presidente; **Adriana Serrano Cavassani** – Secretária. Visto do Advogado: **Adriana Serrano Cavassani** OAB/SP – 196.162. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 301.478/25-9 e NIRE 35.300.673.433 em 21/08/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

# Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/09/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

